



# SENADO FEDERAL

## (\*) REQUERIMENTO Nº 93, DE 2015

CONFORME OFÍCIO Nº 243/2015.

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, e dos arts. 145 a 153 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados. Orçam-se as despesas com os trabalhos da Comissão em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

### JUSTIFICAÇÃO

Reportagens recentemente divulgadas pela Rede Globo, no programa *Fantástico*, deixaram o País estarecido. As matérias descreveram, com riqueza de detalhes, o *modus operandi* de um nefasto exemplo de crime organizado, a chamada "máfia das próteses". O que provocou maior indignação no público – mais do que o já bastante repugnante desvio de recursos públicos e privados – foi o risco de morte imposto aos pacientes em função da ganância desmedida de médicos, fabricantes de materiais hospitalares e seus representantes comerciais.

Os médicos mafiosos indicavam procedimentos desnecessários aos pacientes, muitos deles de alto risco, a fim de auferir comissões generosas – de até 30% – sobre os produtos médico-hospitalares adquiridos com preços superfaturados. Foram relatados ainda uso de

(\*) Avulsos refeitos em 2/3/2015, para constar a Senadora Ana Amélia como subscritora, conforme ofício nº 243/2015.

produtos irregulares, em quantidade inadequada e até dano proposital às próteses para obrigar sua reposição e gerar ainda mais gastos e comissões. Difícil encontrar adjetivos para descrever condutas tão abjetas.

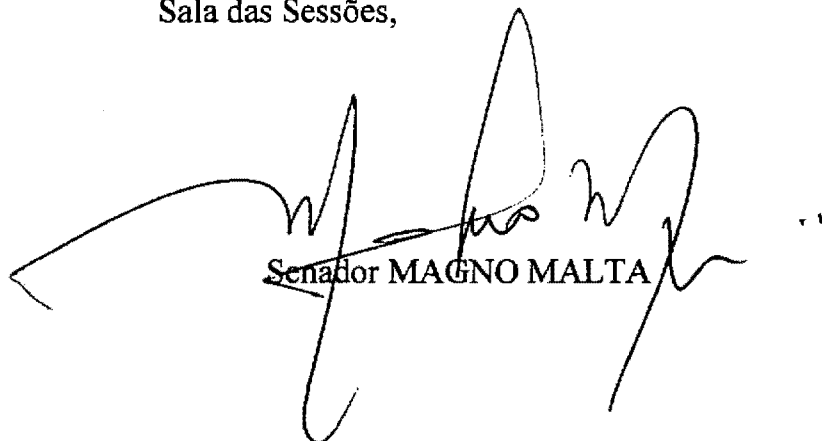
No caso dos *stents* – pequenos tubos inseridos no interior de artérias coronarianas para livrá-las da obstrução – alguns médicos não apenas indicavam procedimentos desnecessários, como também usavam produtos com prazo de validade vencido, multiplicando a probabilidade de obstrução do *stent* e consequente óbito do paciente.

Como se não bastasse todo o mal perpetrado contra os pacientes e o sistema de saúde em geral, a máfia das próteses teve a desfaçatez de estender seu campo de atuação sobre o Poder Judiciário. Advogados, envolvidos com médicos e representantes comerciais, patrocinavam ações judiciais para obter decisões que obrigassem o Estado e as operadoras de planos de saúde a pagar por procedimentos superfaturados, por vezes atingindo somas dez vezes superiores aos valores praticados no mercado. O desabafo do Desembargador João Barcelos de Souza Júnior, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, sintetiza o problema:

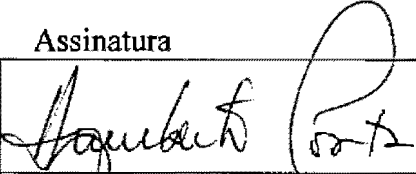
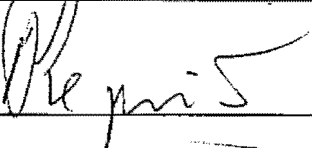
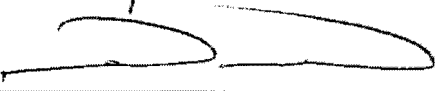
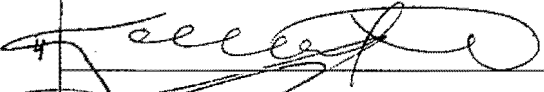


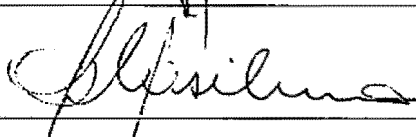
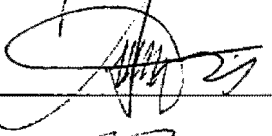
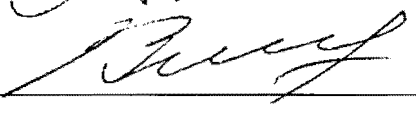
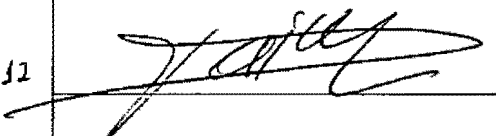
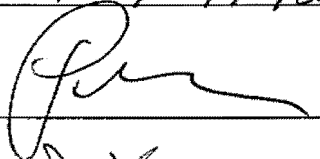

Que o sistema penal do país está falido, porque no momento em que se encontram situações em que pessoas, seja de que área for, profissionais, buscam o Poder Judiciário para realizar uma fraude e conseguir com isso auferir grandes lucros, significa que o sistema está desmoralizado e que estão, inclusive, brincando com o Judiciário. É lamentável.


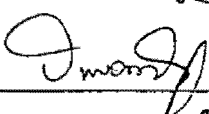



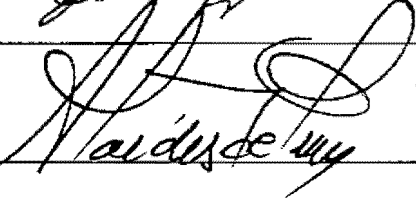
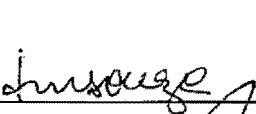
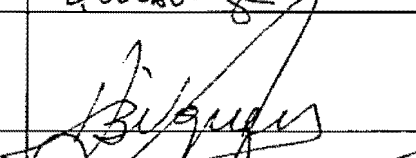
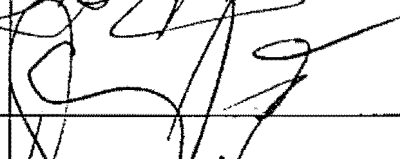

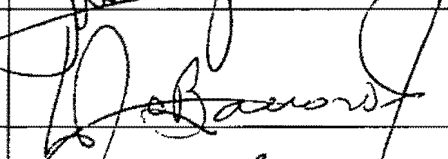
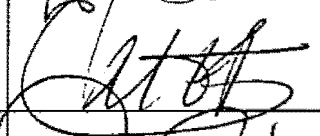

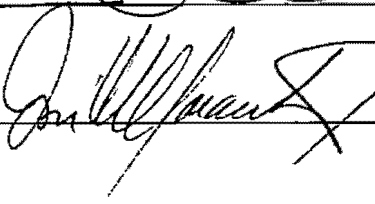
Em vista do exposto, estamos convencidos de que questão tão delicada e grave pede ações concretas e imediatas, como a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI das Próteses, de modo que o Senado Federal possa contribuir para investigar as causas de tantas irregularidades nesse segmento da atenção à saúde no Brasil.


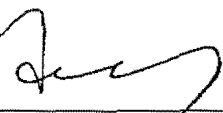

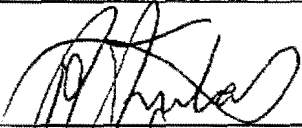


Sala das Sessões,



Senador MAGNO MALTA

	Assinatura	Nome	Partido
1		HUMBERTO COSTA	PT
2		ROBERTO RECANAT	PSDB
3		Wladimir Costa	Paro 3
4		Galiberto de	PMDB
5		FERNANDO BEZERRA	PSB
6	Regina Sampaio	Mrs. Sampaio	PT
7	Eduardo Faria	Eduardo Faria	PTB
8		GLÁUCIA CAMELI	PP
9		GLEISI HOFFMANN	PT
10		Wilmir Moreira	Dicio
11		Thelma de	PP
12		Paulo B. Torres	PT
13	Zeze Perreirão		PM
14	José Medeiros		PS

15	Fernando Ribeiro		PMDB
16	VANESSA GRAZIO TIN		PC do B
17	OTTO Almeida		PSD.
18	HELIO LOPE		PSD
19	DOUGLAS CINTIBA		PTB
20	Araides Oliveira		PSDB
21	Lidice da Motta		PSB
22	Jonzei Nogueira		PT
23	LINDBERGH		PT
24	leir		PRT
25	João Pimentel		PT
26	Estanislau Bezerra		PT
27	CASSIO C. LIMA		PSDB
28	JOSE MARINHA		PMDB

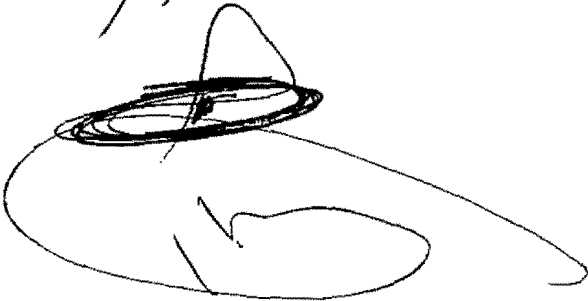
29	REGUFFE		PDT
30	Aloyse		
31	TASSO		
32	Rose de Freitas		
33	BENKO MARI		
34	Marcus Aurelio		

35 - Romário Faria

36 - Davi Alencar

37 - RANOLFE

2f - 1f



OFÍCIO DE 200243/2015 - GSA-AMÉLIA

Brasília, 27 de fevereiro de 2015

*Caro Presidente, Senador Renan Calheiros,*

Comunico a Vossa Excelência que desejo **apor a minha assinatura no Requerimento nº 93, de 2015**, que solicita, nos termos do art. 58 § 3º da Constituição Federal e dos arts. 145 a 155 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Certa da sua atenção para o assunto, subscrevo-me.



Senadora Ana Amélia

PP-RS

EXMO. SR.  
**Senador Renan Calheiros**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília/DF

*(À publicação.)*

Recebido em 27/2/15  
Hora: 18:46  
Erika Marc Barbosa - Matr. 234312  
SCLSF/SGM

Publicado, originalmente, no DSF de 28/02/2015.